



Textos para Reflexão

Número 02 – Texto 01 – Abril a Junho/2013

**AS REDES DE RELAÇÕES NAS REGIÕES: GOVERNANÇA TERRITORIAL,
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL COM VISTAS AO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Cíntia Agostini¹
Centro Universitário Univates
cintia@univates.br

¹ Mestre em Ambiente e Desenvolvimento pela Univates-Centro Universitário. Professora do Centro de Gestão Organizacional desta mesma Instituição. Gestora do Polo de Modernização Tecnológica do Vale do Taquari e Secretária Executiva do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari e Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas.

Contemporaneamente emergem novos paradigmas, novos pensamentos, novas proposições para as ciências e para a prática social. Vários destes olhares estão voltados para reflexões acerca do tema da sustentabilidade. Os desafios de pensar, discutir, planejar e gerir o desenvolvimento a partir de uma percepção sustentável permeiam a presente reflexão.

Tendo presente a “interdependência entre ser humano e natureza” (FREY, 2001, p.1) e considerando que “existe inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários” (MORIN, 2001, p.36), é que propomos a discussão de como está sendo pensado e gerido o desenvolvimento regional sustentável², onde, para nós, este é resultado da construção da governança territorial que emerge da participação cidadã e da formação do capital social, através de redes de relações significantes.

Ou melhor, nossa proposição perpassa a percepção de que é necessário

contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade sócio ambiental” (JACOBI, 2003, p.190).

Norteando a discussão da concepção de desenvolvimento, temos como base a abordagem da racionalidade ambiental, a qual pressupõe a participação e a formação do capital social com vistas ao desenvolvimento regional sustentável (AGOSTINI, 2008). A concepção de desenvolvimento percebida a partir da racionalidade ambiental

[...] é forjada nesta relação de outridade na qual a outridade entre seres se internaliza na outridade do saber e do conhecimento, ali onde emerge a complexidade ambiental como uma teia de relações de alteridade (não sistematizáveis), onde se reconfigura o ser e sua identidade e se abre para além do pensável, guiado pelo desejo insaciável de saber e pela justiça social (LEFF, 2004, p. 83).

²O termo desenvolvimento regional sustentável foi criado pela autora deste projeto com a proposição de contextualizar o desenvolvimento regional à luz da concepção de sustentabilidade a partir da racionalidade ambiental.

Para Leff (2006, p.388), esta “orienta uma *práxis* a partir da subversão dos princípios que ordenaram e legitimaram a racionalidade teórica e instrumental da modernidade”, onde é possível potencializar a “equidade, democracia, diversidade, sustentabilidade” (p.389), na busca de um desenvolvimento regional sustentável para o território.

Nos utilizando da percepção da sustentabilidade a partir da racionalidade ambiental, e aceitando a inexistência de uma única utopia, vários modelos de desenvolvimento, dialeticamente contextualizados, podem coexistir. E mais, percebe-se o desenvolvimento como movimento, como processo e, muito além disso, como movimento diferenciado e diferenciador em cada sociedade, pois a percepção do que é ou não desenvolvimento é diferente para cada sociedade (BECKER, 2003).

O arcabouço conceitual que se segue reflete sobre a participação cidadã e construção do capital social, sua atuação via redes, e a possibilidade de que essa atuação qualifique a governança territorial, pois

no que tange à reflexão teórico-conceitual, boa parte das teorias que visam a sustentabilidade do desenvolvimento carecem de investigações que aprofundem a dimensão político-democrática. Esta certamente representa um dos mais importantes fatores limitadores da implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável (FREY, 2001, p.2).

Nesta composição, “a democracia constitui, portanto, um sistema político complexo, no sentido de que vive de pluralidades, concorrências e antagonismos, permanecendo como comunidade” (MORIN, 2001, p.108). E, muito além, Sekiguchi e Pires (1995, p. 230) salientam que, “na prática, a única solução é a união de forças que busquem, de fato, uma democracia verdadeiramente sustentável, tanto política e econômica [e ambiental], como cultural, social e eticamente.”

E é nestas condições que o referido texto está sendo trabalhado, pensando em que condições as redes de relações e a atuação cidadã conformam para possibilitarmos o desenvolvimento sustentável nas diferentes regiões.

O processo de construção da cidadania é perpassado por paradoxos na medida em que se explicitam três dinâmicas concomitantes – o reconhecimento e a construção das identidades dos distintos sujeitos sociais envolvidos, o contexto da inclusão das necessidades expressas pelos distintos sujeitos sociais e a definição de novas agendas de gestão, notadamente no que se refere à extensão dos bens a amplos setores da população. Esta noção

de cidadania está estruturada a partir de uma definição legal dos direitos e deveres que a constituem (JACOBI, 1999, p.34).

Dessa forma, pensar, discutir, propor caminhos para um desenvolvimento regional sustentável é, “antes de mais nada, um problema político e de exercício de poder, que coloca em pauta a questão das instituições político-administrativas, da participação e do processo político” (FREY, 2001, p.2).

Assim sendo,

a participação popular torna-se peça fundamental da política ambiental, indispensável para uma mudança substancial do atual quadro de políticas públicas. O planejamento deve ser compreendido não apenas como orientado pelas necessidades da população, mas também conduzido por ela (FREY, 2001, p.13).

Canclini (1999) e Minc (2005) enfatizam que, para um modelo de desenvolvimento poder ser considerado sustentável, exige-se que ocorram “mudanças radicais na consciência da sociedade” (MINC, 2005, p. 147). Quando esta perceber a inter-relação entre os diversos meios: sociais, econômicos, ambientais, políticos e éticos, conscientizar-se que por meio da atuação do cidadão, da percepção do cidadão inserido nesta sociedade, como precursor das mudanças, poderá haver sustentabilidade do sistema.

Assim, para possibilitar o desenvolvimento regional sustentável, Becker e Bandeira (2003) enfatizam que as iniciativas devem levar em conta e promover a acumulação do capital social, propiciando a participação dos vários atores sociais na busca de soluções de problemas de interesse comum.

A interação entre os diferentes segmentos da sociedade civil e a administração pública, por meio da participação local na formulação e na implementação das ações governamentais, deve ser vista como um instrumento importante para a consolidação de relações de confiança entre os atores sociais, políticos e econômicos, públicos e privados, contribuindo, portanto, a longo prazo, para a acumulação de capital social (BECKER e BANDEIRA, 2003, p.16).

Os acordos sociais, via participação cidadã e construção do capital social, possibilitam diferenciados modelos de governança territorial, esta entendida aqui como referindo-se “às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento

conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais” (DALLABRIDA, 2007, p.6).

Desse modo, a noção de governança territorial vai além de uma simples forma de organização econômica inter-regional, definida pelo Estado ou por relações de troca puramente mercantis, associando-se também às modalidades de coordenação socioeconômicas [e ambientais] mais complexas que abarcam instituições, convenções, registros de ação e formas de incerteza, definindo, assim, um tipo de regulação, misto entre o político e o econômico [e ambiental], entre o local, o nacional e o global, com forte conteúdo territorial (FUINI, 2012, p.94).

Por fim, para possibilitarmos a construção da governança territorial, com vistas a um desenvolvimento regional sustentável, resultado da participação cidadã, entendemos que é preciso compreender como se constitui e de que elementos é nutrida a rede de relações que possibilite tal desenvolvimento.

As redes são aqui entendidas como “um conjunto de elementos chamados de nós, com conexões entre eles” (MERTENS et al, 2011, p.483), ou ainda, “um grupo de atores ou nós que possuem relações com outros” (RIBEIRO e BASTOS, 2011, p.283).

Para Capra (1996), todos os seres são partes fundamentais e inter-relacionadas, resultam de propriedades e da forma que as outras partes se relacionam, e “a consistência global de suas inter-relações determina a estrutura de toda a teia” (p.48), em que

a teia da vida consiste em redes dentro de redes. Em cada escala, sob estreito e minucioso exame, os nodos da rede se revelam como redes menores. [...] Na natureza, não há “acima” ou “abaixo”, e não há hierarquias. Há somente redes aninhadas dentro de outras redes (CAPRA, 1996, p.45).

Tais redes são pensadas a partir do princípio de que as relações é que determinam o conteúdo e os resultados, ou seja, a visão sistêmica das interrelações, e os nós das redes determinam que tipo de desenvolvimento um local e/ou região poderá ter. “Acumulam-se evidências de que a ação humana é afetada pelas relações sociais em que os agentes estão imersos” (MIZRUCHI, 2006, p.82). Ou melhor, “concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos” (CASTELLS, 1999, p.566).

Nestas condições, enfatiza-se que

a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento

de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas (SCHERER-WARREN, 2006, p.110).

Considerando o exposto, terminamos nossa reflexão com alguns questionamentos que nos parece necessário que sejam amadurecidos:

Portanto, como a dimensão sustentável é incorporada pelos atores nas diferentes regiões? Como esses atores locais e/ou regionais, aqui entendidos como as mais diversas representações públicas e privadas, das instituições organizadas, se articulam? Qual a noção de desenvolvimento que estes constroem? Como se dá a participação, como se caracteriza o processo de construção de capital social e qual o seu impacto na governança territorial?

E mais, como se constituem as redes de relações para as regiões? Quais são as ações que podem ser identificadas relacionadas a percepções acima citadas? Por fim, qual o impacto das ações e percepções dos atores locais e/ou regionais na construção desenvolvimento regional sustentável?

Em suma, pode-se pensar na existência de um desenvolvimento regional sustentável para as diferentes regiões, a partir da participação cidadã, da construção do capital social, que conformam a governança territorial, via redes de relações?

Estes são, entre tantos outros, os questionamentos que se colocam neste pequeno texto para reflexão e que aqui ficam para discussão e contribuição de todos os colegas estudiosos do desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Cíntia. **As Abordagens da sustentabilidade nas discussões sobre desenvolvimento:**

uma análise a partir da obra de Dinizar Becker. Dissertação de Mestrado. Lajeado: Univates, 2008.

BECKER, Dinizar e BANDEIRA, Pedro Silveira. Participação social e cidadã no desenvolvimento regional contemporâneo. In: LÜBECK, Elisa e SCHNEIDER, Flávio Miguel. (orgs.). **Programa de desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião metade Sul**. Santa Maria: Pallotti, 2003.

- BECKER, Dinizar. **Os (des)caminhos do desenvolvimento contemporâneo**: a competitividade, a sustentabilidade e a flexibilidade na conformação das dinâmicas diferenciadas dos processos de desenvolvimento regional. 2003. No prelo.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**: E era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. A gestão territorial através do diálogo e da participação. In: **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1º de agosto de 2007, vol. XI, n. 245. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24520.htm>>. Acesso em: 08 abril 2008.
- FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. In: **Ambiente & Sociedade**. ano IV, nº9, 2º semestre de 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/asoc/_n9/16878.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- FUINI, Lucas Labigalini. Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: Arranjos Produtivos Locais (APL) e circuitos turísticos. In: **Interações**, Campo Grande, v.13, n.1, p.93-104, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v13n1/a08v13n1.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2012.
- JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 188, p.185-205, março de 2003. Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- JACOBI, Pedro. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. In: **Saúde e Sociedade**, 8(1) p. 31-48, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12901999000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- MERTENS, Frédéric *et al.* Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. In: **ACTA Amazônica**, vol.41(4), p.481-492, 2011. Disponível em: <<http://acta.inpa.gov.br/fasciculos/41-4/BODY/v41n4a06.html>>. Acesso em: 27 set. 2012.
- MINC, Carlos. **Ecologia e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2005.
- MIZRUCHI, Mark. S. Análise de Redes Sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. In: **RAE**, vol.46, n.3, p.72-86, jul./ste. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902006000300013&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 set. 2012.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.
- RIBEIRO, Elisa M^a Barbosa de Amorin e BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Redes Sociais interorganizacionais na efetivação de projetos sociais. In: **Psicologia & Sociedade**, 23 (2): 282-292, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a09v23n2.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2012.
- SCHERE-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2012.
- SEKIGUCHI, Celso e PIRES, Elson Luciano Silva. Agenda para uma economia política da sustentabilidade: potencialidades e limites para o seu desenvolvimento no Brasil. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 208-234.